

O CURRÍCULO DA EJA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUÍS: um olhar reflexivo sobre a proposta curricular¹

Autor: **Felix Barbosa Carreiro**

Professor de Filosofia. Mestre em Educação

Secretaria Municipal de Educação-SEMED. E-mail: felixcarreiro59@gmail.com

Coautora: **Margareth Santos Fonseca**

Especialista em Educação. Mestranda em Gestão de Ensino da Educação Básica (UFMA).

Secretaria Municipal de Educação-SEMED. E-mail: margarethfonseca1@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva o estudo reflexivo-crítica sobre o currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), adotado na Rede Municipal de Ensino de São Luís. Com aporte teórico em Freire (1996), Oliveira (2005), Martins (2004), entre outros, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico de pesquisa documental. Para subsidiar, também, a análise qualitativa realizada, utilizou-se a observação direta das ações pedagógicas dos profissionais da educação que atuam nas salas de EJA. Os resultados parciais já denotam a necessidade de reestruturação da referida Proposta, e de redimensionamento concepções no campo dos saberes docentes. Constatamos que o corpo docente da EJA, em geral, não adota as orientações curriculares da referida Proposta. Observamos que os baixos indicadores das avaliações externas e o alto índice de evasão, revelam a importância de aprofundamento de estudos do referido documento curricular para socialização em espaços de Formação Continuada, objetivando a melhoria das práticas pedagógicas do/a educador/a da EJA na rede municipal de Educação.

Palavras-Chave: EJA. Currículo. Práticas Pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

Um dos desafios da escolaridade pública, no século XXI, implica a qualidade do ensino básico na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa perspectiva, esse estudo tem como objetivo pesquisar a possibilidade de reformular a Proposta Curricular da EJA na rede municipal de educação do município de São Luís/MA. Para tanto, a Superintendência de Educação de Jovens e Adultos (SAEJA) designou-se uma Equipe de profissionais das diversas áreas de conhecimento confiando tal atribuição e de modo a garantir cientificidade na investigação. Em abordagem de pesquisa qualitativa, adotamos o procedimento metodológico de levantamento

¹ Este artigo é um recorte do trabalho de pesquisa em desenvolvimento, que tem como objeto de investigação o processo de reelaboração da Curricular da EJA da Rede Municipal de Educação do município de São Luís- MA.

bibliográfico, de pesquisa documental, além de recorrer a arquivos e relatórios da SAEJA. Os sujeitos da pesquisa são os professores da referida modalidade haja vista que a Proposta Curricular tem a potencialidade de impactar a prática pedagógica no cotidiano da sala de aula, inclusive desencadeando ações inovadoras na elaboração do Projeto Político-pedagógico das escolas. Vale lembrar que, ao elaborar a Proposta Curricular, a Equipe considera evidências vindas das contribuições de professores e gestores escolares, sobretudo quando estes se expressam nos momentos de formação e planejamento.

Com base nos autores referendados, constatamos a influência de elementos do capitalismo globalizado no processo de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, ameaçando a construção de uma escola pública de qualidade social para todos (JOMTIEN, 1990). Ressaltamos que a Proposta Curricular da SAEJA atua em articulação com a Supervisão de Currículo que segue metas referentes às políticas de reformas curriculares da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Assim sendo, aquela equipe debruçou-se primordialmente na reformulação da mesma, com ênfase na historicidade da EJA na rede pública de ensino municipal.

No intuito de análise e contextualização da Proposta Curricular mantivemos os conceitos que consideramos relevantes, por exemplo, a ideia de que a EJA “objetiva propiciar um processo de ensino aprendizagem dialógico, crítico e libertador via a construção da Proposta Curricular” (SEMED, 2015, p. 1). Ainda associado ao período histórico, referimos ao ano de 2006, como paradigmático quando foram realizados grupos de estudos entre professores, propondo que o trabalho orientador da proposta curricular viabilizasse as aprendizagens significativas para a EJA com base teórica o educador Paulo Freire. Consolidando assim o compromisso da Proposta Pedagógica desde as primeiras reformulações, nesses termos

Para que possa responder às exigências decorrentes do atual contexto mundial, que influenciam a população da nossa sociedade e conseqüentemente da nossa localidade, a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos da SEMED compromete-se com a formação de alunos autônomos com a *criticidade* e *politicidade* necessárias para que possam intervir e transformar a sociedade em que estão inseridos. (SEMED, 2015, p. 4).

Oficialmente, a Proposta Curricular da EJA da rede municipal de educação de São Luís foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) mediante a resolução nº 17 do ano de 2010, cujo documento requer aprofundamento das funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA. Tendo como horizonte a garantia do direito a uma escola pública, popular e democrática, na qual os educandos da EJA, na intenção de assegurar aos educandos, uma escola pública, popular e democrática, capaz de fomentar práticas educativas e projetos institucionais voltados para um

público intergeracional.

2. CONTEXTUALIZANDO O TEMA

É sabido que a EJA está assentada na Constituição Federal (CF, art. 208, § 1º) ao assegurar o direito a uma educação pública de qualidade a todos os que ela não teve acesso na idade certa ou que evadiram da escola. Assim sendo, o perfil dos sujeitos que frequentam a EJA são consequências da distorção idade-série que, desencadeia o fracasso escolar: reprovação, repetência e evasão. Porém, é provável que haja quem procure a EJA para melhorar a qualificação profissional. Visando reter o aluno da EJA nas unidades de ensino e que ele aprenda, passe e tenha sucesso, a nova Proposta Curricular considera a ideia de que, para além do domínio da leitura e da escrita “as novas tecnologias de informação e comunicação são condições essenciais para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo, bem como para preparação dos jovens, adultos e idosos para a vivência da cidadania”. (SEMED, 2015, p.5).

Entre as décadas de 1960 e 1970 os movimentos sociais impulsionaram mudanças nas políticas educacionais da EJA cabendo a esta a formação para a cidadania mediante a proposta de um projeto de alfabetização crítica à luz do pensamento político educacional freireano. A interrupção ocorreu durante a ditadura militar quando os programas de alfabetização passaram a ser assistencialistas e conservadores, deixando para trás as propostas orientadas para a problematização e conscientização de Paulo Freire. A prática pedagógica na rede municipal de São Luís busca resgatar em sua política educacional o legado do educador Paulo Freire, sobretudo na EJA.

Por isso, a partir do ano de 2004 o município de São Luís aderiu a inúmeros Programas visando à redução dos índices de analfabetismo. Destacamos Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)² que, em 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011, foi lançado pelo governo Federal com a inclusão do público da EJA no Programa PRONATEC EJA FIC pela Portaria MEC nº 125, de 13 de fevereiro de 2014, favorecendo aos a esses alunos a qualificação profissional. Na SEMED, o PRONATEC foi executado em 2014 beneficiando aproximadamente 30% dos alunos da EJA com cursos de iniciação a qualificação profissional.

Destaca-se ainda, que em 2014, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), fixando diretrizes, metas e estratégias para que os entes federados, em regime de

² Criado pelo [Governo Federal do Brasil](#) no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011. Tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros.

colaboração, adotem medidas governamentais para elevar os indicadores sociais do Brasil e as condições educacionais dessa Modalidade de Ensino. A Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 estabelece estratégias ao governo federal, estadual e municipal.

Nessa perspectiva, observa-se que essas estratégias abrem um leque de opções para que novas proposições sejam traçadas para a educação de jovens, adultos e idosos. Essa dinâmica vem se consolidando na esfera municipal com Programas e Projetos destinados à EJA. Diante disso o Plano Municipal de Educação de São Luís (PME) para o decênio 2014 – 2023 define as metas para melhoria da qualidade de ensino para EJA.

3. EIXOS NORTEADORES DA PROPOSTA CURRICULAR DA EJA

As exigências da sociedade contemporânea têm fomentado novas experiências nas escolas do Ensino Fundamental dos alunos jovens, adultos e idosos. Nesta intenção, a SEMED através da Superintendência da Área de Jovens e Adultos, no ano de 2004 criou e implementou o Projeto Novos Caminhos para o Mundo do Trabalho, como o objetivo de potencializar o papel da escola como espaço de preparação do estudante para inserção no mundo do trabalho.

Após fecundas reflexões e redefinições reafirmamos e acabamos concluindo que o eixo norteador da Proposta Curricular na EJA consiste na formação para o exercício da cidadania. Por isso, concordamos que sua respectiva metodologia seja organizada por eixos temáticos, a saber: Mundo do trabalho; diversidade; meio ambiente; cultura; tecnologia; política e cidadania; saúde e sexualidade; os quais são sugeridos para possibilitar aos educadores uma estruturação dos tempos de aprendizagem, a socialização e o domínio de conhecimento repensado conforme a realidade do educando.

Estamos convictos de que o mundo do trabalho e a sociedade exigem uma pessoa que seja consciente, crítica, com condições de opinar, agir, desconstruir e construir a história, o lugar que ocupa o tempo em que vive. Essas demandas parecem advogar por uma sociedade mais justa, inclusiva, de convivência, de modo que as pessoas tenham chances e oportunidades semelhantes de bem-estar, crescimento pessoal e profissional.

Nossa opção por fundamentar nossa investigação nos estudos de Paulo Freire baseia na perspectiva de um fazer educativo da EJA centrado no diálogo e na politicidade. Este primeiro, não se encerra apenas na liberdade de expressão, no respeito às falas dos/as educandos/as, mas na concretização do diálogo que articula estes sujeitos à tematizações sociais do seu entorno comunitário e àquelas amplamente em debate na sociedade. Assim, a politicidade vem se configurar

como condicionante que promove um novo desenho social desse mesmo sujeito, proporcionando progressivamente uma inserção crítico-política mais aguçado, enquanto ser de direitos e deveres, construtor da dinâmica social. Para tanto, o ensino da leitura e escrita tem lugar privilegiado, sendo uma busca permanente de ação formativa em ambos os seguimentos da EJA numa perspectiva de politização e construção de novo “status social” dos jovens, adultos e idosos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo de abordagem qualitativa utilizaram-se métodos específicos para interpretar a realidade (MARTINS, 2004). A análise dos aspectos qualitativos da pesquisa registra a necessidade de repensar, as relações dialéticas do cotidiano escolar. Para tanto, o ensino da leitura e escrita tem lugar privilegiado, para ampliar o repertório social de leitura dos alunos, numa perspectiva de politização e construção de novo “status social” dos jovens, adultos e idosos, a partir da compreensão do pensamento freireano de que a *“leitura da palavra, precede à leitura de mundo”*, que ler é atribuir significados, é interação entre leitor, texto e objetivo de leitura. Alguns registros da análise conclusiva dos dados constam, que:

No período de 2003 a 2006, deu-se o processo de construção da Proposta Curricular, envolvendo técnicos e docentes, do 1º e 2º Segmento, tendo como foco de saberes e práticas, a seleção de eixos temáticos, priorizando a prática social do/a aluno/a. De 2007 a 2008, com apoio de Consultoria foi sistematizada a versão preliminar. Em 2010, a Proposta foi encaminhada e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME). De 2011 a 2012, a Proposta não foi implementada, por questões de cunho político-administrativas. Em 2014, o documento foi enviado em mídia para as escolas, e nos anos subsequentes, os estudos e análises crítico-reflexivas do documento, apontam a necessidade de adequação do referencial curricular, à política educacional implantadas na SEMED.

5. CONCLUSÃO

A Proposta Curricular da EJA da rede municipal de Educação de São Luís, ora revisitada por profissionais dessa modalidade de ensino, vem revelando o compromisso de inseri-la no contexto das políticas de inclusão, como documento legal, genuíno, que atenda de fato a realidade local e as orientações das leis que regem a educação nacional. As atividades curriculares sugeridas a esse público alvo, vislumbra uma política de formação continuada de professores, que possibilite favorecer a melhoria da qualidade do trabalho docente. Conforme ressalta Barbosa (apud

OLIVEIRA, 2005), se as oportunidades forem aproveitadas, este percurso poderá ser mais profícuo. É provável que caiba à Equipe de profissionais envolvidos na reelaboração da Proposta Curricular da EJA, a disseminação do documento entre as escolas públicas da rede. Enquanto duram os debates, a Equipe da Proposta Curricular da EJA permanecerá em vigilância epistemológica até a conclusão definitiva do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Aprovada em 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n2, maio/ago 2004.

Plano Municipal de Educação – PME – São Luís, MA, 2015. Lei nº 6001, de 09 de novembro de 2015.

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SEMED, Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, 2015.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial de Educação para Todos.** Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNICEF, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.